

Da Rio+20 a Rio-2016: caminhos da sustentabilidade nas olimpíadas

Maureen Flores¹, José A. Puppim de Oliveira²

¹Maureen Flores, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil. Email: maureenfloresv@gmail.com

²José A. Puppim de Oliveira, Instituto de Estudos Avançados, Universidade das Nações Unidas (UNU-IAS), Yokohama, Japão. Email: puppim@ias.unu.edu

Recebido em 26.12.2012

Aceito em 05.01.2013

OPINIÃO

Resumo

Este artigo busca analisar a maneira como os Jogos Olímpicos têm incorporado os principais compromissos da sustentabilidade acordados nas Conferências Rio 92, Rio+10 e Rio+20 nos seus processos de planejamento e operação, influenciando as cidades anfitriãs na construção do legado dos Jogos. O turismo é um dos carros-chefes da economia do Rio, e a ligação entre os Jogos e a imagem da cidade que vai ficar. Os Jogos irão refletir na quantidade e qualidade da demanda turística durante, mas principalmente depois das Olimpíadas. Eles podem ser uma vitrine para iniciativas inovadoras na área de sustentabilidade que a cidade introduzir. O papel do COI pode ser fundamental para direcionar as ações de sustentabilidade na cidade. O legado de sustentabilidade pode ter nos Jogos seu “ponto de inflexão” para mudar definitivamente a imagem da cidade. Ainda temos um pouco mais de três anos para avançar, mas as bases precisam ser criadas agora.

Palavras Chaves: Jogos Olímpicos, COI – Comitê Olímpico Internacional, Rio-92, Rio+20, Rio de Janeiro

Abstract

This article seeks to analyze the way the Olympic Games have incorporated the main sustainability commitments agreed upon during the Rio 92, Rio + 10 and Rio + 20 Conferences, both in their planning and their operational processes, thus influencing host cities in the construction of the Games' legacy. Tourism is one of the mainstays of Rio's economy, and the link between the Games and the city's images will be lasting. The Olympic games will influence the quantity and the quality of the touristic demand during, but especially after the event. They will showcase the city's innovative initiatives for sustainability. The IOC can play a vital role orienting those initiatives. The Games' sustainability legacy may constitute an opportunity for the city to change its image for ever. We still have three years ahead of us to advance, but the basis need to be settled now.

Keywords: Olympic games, IOC – International Olympic Committee, Rio-92, Rio+20, Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO¹

A Rio+20 foi mais um marco dos debates sobre desenvolvimento sustentável que se passou no Brasil, particularmente na Cidade do Rio de Janeiro. Além de reavivar os compromissos feitos há vinte anos durante a Rio-92, a Rio+20 foi o primeiro de vários grandes eventos internacionais que a cidade hospeda nesta década. Além da jornada católica de jovens em 2013, a cidade será palco de vários jogos e da final da Copa do Mundo de Futebol em 2014, que atrai a milhares de turistas e é um dos programas mais assistidos globalmente pela televisão. Finalmente, em 2016, a cidade será a anfitriã dos Jogos Olímpicos, o evento esportivo mais tradicional do mundo pela primeira vez na América do Sul. Os olhos do mundo estarão na cidade, que terá a chance de se consolidar como um destino turístico global.

De que forma os grande eventos desportivos influenciam na sustentabilidade da cidade? Como os Jogos Olímpicos, particularmente o Comitê Olímpico Internacional (COI), tem incorporado os princípios do desenvolvimento sustentável?

Assim, para responder estas perguntas de forma exploratória com base na literatura e dados secundários e em experiências anteriores dos Jogos, este artigo busca analisar a maneira como os Jogos Olímpicos têm incorporado os principais compromissos da sustentabilidade acordado nas Conferencias Rio 92, Rio+10 nos seus processos de planejamento e operação, influenciado as cidades anfitriãs na construção do legado dos Jogos. Apesar de o Rio ainda estar em pleno processo de preparação e organização das olimpíadas, iremos analisar como o Comitê Olímpico Internacional (COI) tem integrado esses mesmos compromissos na sua estrutura e como esses influencia a sustentabilidade dos Jogos nas cidades sede.

DA RIO-92 A RIO+20²

A Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Rio-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992 foi o encontro que reuniu mais líderes mundiais (chefes de Estado ou Governo) até aquele momento, sendo um marco nos debates socioambientais mundiais. Vinte anos depois da primeira grande conferência global sobre meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, a Rio-92 teve como temas a implementação do conceito de desenvolvimento sustentável em escala mundial e a solução dos problemas globais, principalmente o aquecimento global (ou efeito estufa) e a perda da biodiversidade. Da conferência saíram vários documentos importantes. As convenções das mudanças climáticas e da diversidade biológica foram as mais importantes em termos de legislações e avanços institucionais globais para deter os dois problemas (a convenção de combate a desertificação também é considerada uma das três “Convenções do Rio”, pois foi desenvolvida a partir das discussões ligadas à Rio-92). Por outro lado, outros documentos com implementação menos formal foram resultados da Rio-92, como o Protocolo de Florestas, a Carta da Terra (finalizada depois) e a Agenda 21. Este último era um documento de 40 capítulos que traçava um plano de ação para implementação do

desenvolvimento sustentável, que podia ser adaptado a qualquer nível de governo, comunidade ou organização. A Agenda 21 foi importante em divulgar e popularizar o conceito de desenvolvimento sustentável. Nela, além das questões conceituais do desenvolvimento sustentável, como a ideia de desenvolvimento para as gerações futuras, falava-se do processo de construção do plano de ação (ou adaptação da Agenda 21 ao local), que deveria ser participativo e democrático. A Rio-92 lançou uma agenda positiva para a sociedade global, e muitos saíram confiantes de que algo seria feito finalmente para mitigar os problemas ambientais e sociais da humanidade.

Em 2002, líderes mundiais e organizações da sociedade civil reuniram-se em Johannesburgo, África do Sul, para avaliar o que foi conseguido depois da Rio-92. A conferência foi chamada de Cúpula Global, Rio+10 ou Johannesburgo 2002. Porém, chegou-se à conclusão de que, dez anos após a Rio-92, apesar dos avanços institucionais para se tentar conseguir um desenvolvimento mais sustentável, os resultados mostram que a situação continua agravante, até mais que em 1992. Cresce a emissão de gases de efeito estufa, a perda de biodiversidade e a degradação ambiental, social e econômica em várias regiões do globo. Nem os países desenvolvidos, nem os países em desenvolvimento conseguiram colocar a Agenda 21 em prática com resultados efetivos. Johannesburgo, além de apontar para a piora dos problemas debatidos na Rio-92, alertou para problemas que começaram a despontar no final do século passado, como a questão da degradação dos recursos hídricos ao redor do globo, especialmente nas regiões onde já existe escassez de água. Além disso, até por tomar parte no continente mais pobre do planeta, a Rio+10 colocou a questão da pobreza na agenda global de desenvolvimento sustentável. A pobreza passou a ser um problema global, e não mais um problema de cada país. A conferência de Johannesburgo terminou com a promessa dos países ricos em aumentar sua ajuda aos países mais pobres.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+20, traz problemas específicos para o debate: a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável e a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. A ideia da conferência, outra vez no Rio de Janeiro depois de 20 anos, não foi criar novos compromissos, mas reafirmar aqueles outrora firmados na Rio-92. O primeiro tema trata do fortalecimento da estrutura institucional global para tratar do desenvolvimento sustentável. O segundo tema se propõe a fazer com que a economia se torne uma ferramenta para promover a conservação dos recursos naturais e atacar o problema da pobreza ao mesmo tempo. Espera-se que os países criem os mecanismos para que a economia verde possa ser uma realidade e com isso uma força de transformação para uma sociedade mais sustentável (Cupim de Oliveira, 2012).

A SUSTENTABILIDADE NO COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI)

Os compromissos assumidos pelos Estados – nação, nas grandes Conferências, naturalmente, tornaram-se marcos para as mudanças no discurso da

sustentabilidade; e, no COI, como em tantas outras instituições, esses compromissos também se refletiram no seus discursos e práticas. Para melhor entender como o COI respondeu a esses compromissos, organizamos o trabalho em 3 partes, a saber: (a) apontamos quem são os responsáveis pela implantação dos compromissos (COI e Jogos); (b) resumimos as principais iniciativas do COI e dos organizadores dos Jogos em relação a sustentabilidade; e, (c) fazemos a comparação entre os compromissos assumidos e as iniciativas em curso.

Em relação aos compromissos, esses estão relacionamos na Quadro 1 abaixo com seus respectivos responsáveis pela implantação. É importante notar que os Jogos Olímpicos são uma franquia e, desta forma, a responsabilidade de implantação da nova agenda está dividida entre franqueador e franqueado; de um lado, o franqueador COI, instituição internacional, detentora da marca olímpica e dos Jogos e da outra parte, o franqueado, representado pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (COJO) e a cidade sede (em muitos casos com aval do Comitê Olímpico Nacional – NOC - e dos governos estadual e federal).

A participação oficial do COI no grande movimento de mudança global causado pelo crescimento da idéia de sustentabilidade ocorre pelo meio ambiente através da sua face humanitária (Chappelet 2008, Flores 2012). Hoje, o COI é considerado pelo PNUMA o seu parceiro mais influente para o desenvolvimento da relação do esporte com o meio ambiente (UNEP, 2012). Essa nova dimensão ambiental do COI, como em outras organizações internacionais vem muito da pressão externa (Esty & Winston, 2009), das partes interessadas, que faz a organização abraçar o discurso de políticas de sustentabilidade.

O estudo do COI (Flores, 2012), sua organização e suas iniciativas, permitiu agrupar alguns dos principais instrumentos institucional voltados a atender aos compromissos com a Sustentabilidade, são esses:

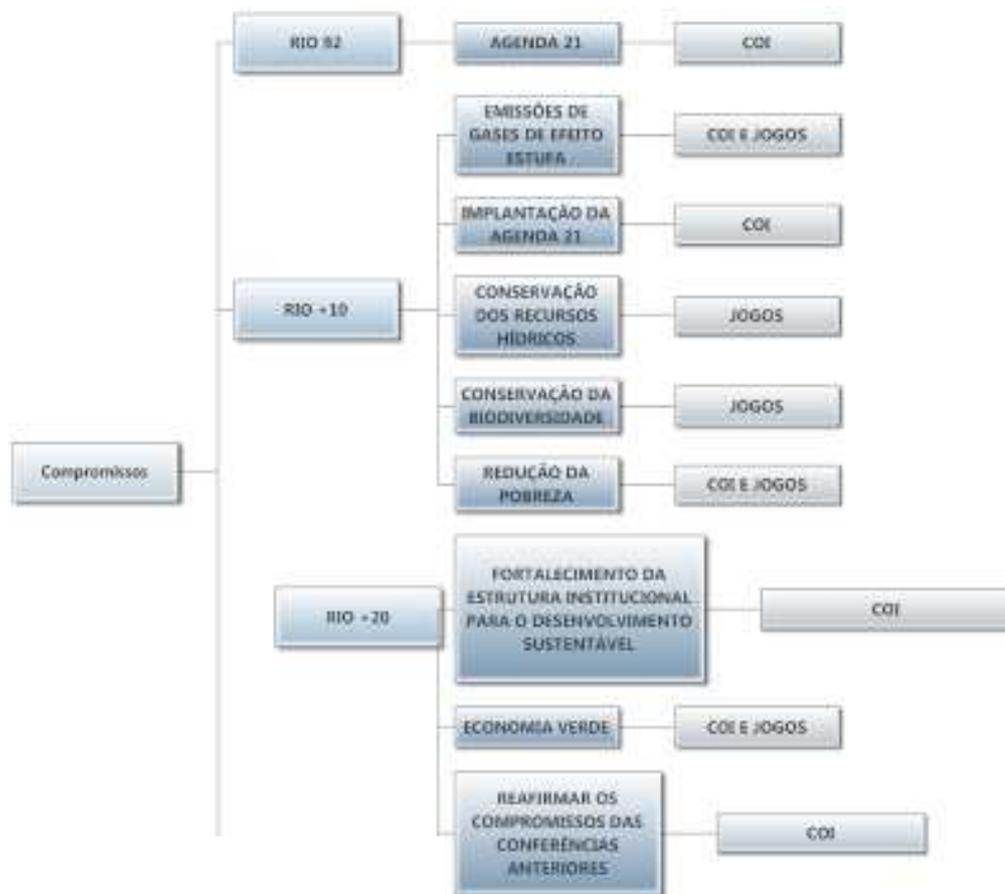
- a) Governança: Carta Olímpica, Agenda 21, Sustainability Through Sport e Declarações assinadas a cada participação em conferencias internacionais³ e, por limitação de escopo, listamos nesse trabalho somente as 2 últimas Declarações: Declaração de Doha, Declaração de Beijing;
- b) Gestão: Departamentos afins;
- c) Jogos Olímpicos: Contrato com a cidade sede, publicações várias editadas pelo Olympic Games Knowledge Management - OGKM (braço que realiza a transferência de conhecimento entre Jogos); a parceria com a ISO e com Global Reporting Initiative - GRI para suplemento de eventos; Management Practices Sustainable Sport & Event Toolkit (SSET) e Olympic Games Impact (OGI);

A seguir, explica-se de forma resumida a natureza de alguns desses instrumentos.

A Carta Olímpica, no que concerne a Sustentabilidade, expressa o compromisso da



Quadro 1 : Principais compromissos assumidos por responsável



Fonte: Elaboração Própria. Flores&Puppim de Oliveira(2012)

instituição com: Meio ambiente (item 13); Legado (item 14), Governança (item 1), Responsabilidade Social (Fundamento 2 do Olimpismo); com questões de ordem social como Educação dos Jovens (item 1), apoio a ações governamentais para a proteção do atleta (item 11), Educação Olímpica (item 16), promoção da mulher no esporte (item 7), fomento a saúde (itens 8 e 9) Dispõe também que as Federações Internacionais (FIs)⁴ devem contribuir para o cumprimento dos objetivos do Carta Olímpica e que a missão do Comitê Olímpico Nacional⁵ é, além de desenvolver, promover e proteger o MO no seu país, promover também o olimpismo através da Educação. Os princípios fundamentais do Olimpismo constam da Carta e, entre esses, um se destaca pela natureza social: “a prática do esporte como um direito de todos” (item 4)⁶. Sobre Governança, de acordo com Chappelet (2008), somente em 2004, ainda de forma marginal, o termo foi incluído na Carta devido a influencia dos patrocinadores e da mídia norteamericana. Essa iniciativa condiz com a “terceira onda”, que assume o desenvolvimento sustentável como objeto de profundas mudanças na governança das corporações e no processo de globalização visando o reposicionando com foco na sociedade (Elkington, 1997).

É partir da sua presença na Conferencia da Rio-92 que a instituição passa a adotar a “Agenda 21 para o Esporte” cuja ratificação pelo Movimento Olímpico (MO) acontece em 1999 embora desde 1984 seja encontrado registro do tema nas assembleias deliberativas dos membros do COI, conhecida como “Sessão”. A “Agenda 21 para o Esporte” tem o objetivo de encorajar os membros do MO a desempenharem um papel ativo no desenvolvimento sustentável tendo como proposta um programa de ação baseado nos 3 pilares - Economia, Sociedade e Meio Ambiente - os quais se desdobram em várias outras linhas e princípios (vide Tabela 1).

Tabela 1 - Áreas de Ação do Comitê Olímpico Internacional para Agenda 21

tem	Melhorias das condições sócio-econômicas	Conservação e gestão dos recursos naturais para garantir o Desenvolvimento Sustentável	Consolidação do papel dos principais grupos de interesse
1	Os valores do Olimpismo e suas ações a favor do DS	Metodologia para ações ambientais para o MO	Promoção do papel da mulher
2	Consolidação da cooperação internacional para DS	Proteção as arenas e paisagens	Reconhecimento e promoção as minorias locais
3	Combate a exclusão	Arenas esportivas	Promoção do papel dos jovens
4	Mudança de hábito do consumidor	Equipamentos esportivos	
5	Proteção a saúde	Transporte	
6	Moradia e construção	Energia	
7	Integração dos conceitos do SD no esporte	Hospedagem e alimentação nos eventos esportivos	
8		Gestão dos recursos hídricos	
9		Gestão de resíduos	
10		Proteção a biosfera e a biodiversidade	

Fonte: IOC, 2012b.

Declaração de Doha, firmada durante a 9th Conferencia Internacional de Esporte e Meio Ambiente, em 2011, adota a partir da Conferencia Rio+20 as seguintes pontos: (1) a visão de “esportes sustentáveis” e Esporte como atividade catalística para o atingimento da Meta 7 dos Objetivos do Milênio; (2) em conjunto com COI engajar jovens na construção do Desenvolvimento Sustentável através dos Jogos Olímpicos da Juventude; (3) o MO deverá promover junto com governos a plataforma para o Desenvolvimento Sustentável; (4) o COI deverá fortalecer a sua posição de Observador dentro da ONU e colaborar com todo o Sistema da ONU e com as ONGs para favorecer o Desenvolvimento Sustentável (IOC, 2011).

Declaração de Pequim, firmada durante a 14th Conferencia Internacional do Esporte para Todos, em 2011, chama atenção para as seguintes áreas: (a) importância da cooperação e da construção de parcerias; (b) acessibilidade das instalações desportivas e espaços públicos; (c) desenvolvimento e implementação da iniciativa Esporte para Todos, seus programas e projetos; (d) importância da utilização e da transformação de instrumentos em conhecimento (IOC, 2006).

Destaca-se no contexto das ações para Sustentabilidade, prioritariamente no contexto administrativo/financeiro/organizacional, o papel da Comissão da Solidariedade Olímpica e da sua Diretoria com o mesmo nome. O orçamento da Comissão para o plano quadrienal 2009-2012 é de US \$ 311 milhões, o recurso advém do lucro da venda de direitos televisivos para os Jogos da XXIX Olimpíada em Pequim e das receitas que foram estimadas para os Jogos Olímpicos XXI de Inverno em Vancouver ainda acrescido de juros de investimentos futuros. O orçamento para 2010 de U\$ 79.897.250, representou 25,7% do orçamento total. Seu principal objetivo é oferecer ao CON um serviço de consultoria eficiente que proporcione acesso a recursos financeiros não reembolsáveis, técnicos e administrativos organizados através das três iniciativas: Programas Continentais, Programas Globais e Programas de Subsídios os Jogos Olímpicos. Em geral, todos os Programas tratam do esporte e do seu desenvolvimento no âmbito local, entretanto, nos Programas Globais e no Programa de Subsídios encontram-se as ações para o meio ambiente e para a Educação para o Esporte as quais consideramos sob o pilar social da sustentabilidade.

Mais recentemente, foi criado o Programa “Sport for Hope”, construção de centros multi-funcionais para esporte em países em desenvolvimento (IOC, s/d). A construção e funcionamento desses centros são uma operação conjunta de diversos parceiros: o COI tem total controle durante a fase de construção, em seguida, repassa para o CON local a execução e manutenção e continua a apoiar o funcionamento do Centro através da Solidariedade Olímpica; as FI são envolvidas na construção e depois na fase operacional envolvem as federações esportivas locais; o governo nacional participa da construção, funcionamento e manutenção; patrocinadores e doadores contribuem na operação e na criação de programas. O primeiro Centro em Lusaka, Zambia, Africa foi construído a um custo global de USD 10,3 milhões, é operado pelo CON da Zâmbia, com o apoio do governo, COI, federações nacionais e internacionais, patrocinadores e doadores. As seguintes Federações

Internacionais participam: Atletismo, Basquete, Boxe, Halterofilismo, Handebol, Hockey. Essa nova linha de projeto social, como o “Sport for Hope”, aproxima o COI e seus stakeholders da “empresa nativa” de Hart (1997)”; para Hart (1997) a “natividade” é um componente da Sustentabilidade cuja função é a busca de partes interessadas que anteriormente não teriam qualquer conexão com a organização visando estabelecer um diálogo de mão dupla. Tornar uma organização sustentável, no caso o COI, significa estabelecer uma nova lógica de funcionamento, baseada em uma visão global do sistema que carece de rupturas e não de melhorias contínuas.

Ainda sobre as respostas do COI e dos organizadores dos Jogos as demandas externas pela adoção da dimensão da Sustentabilidade, destaca-se a inclusão de Artigo pertinente ao tema no Contrato da Cidade Sede, Caderno de Encargos da Candidatura, que inclui exigências relacionadas a sustentabilidade, meio ambiente e legado. Outras iniciativas recentes merecem destaque, pois podem ser a ponte para aproximar o COI e o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos - COJO do trabalho de Hart (2006) e do seu conceito de “organização nativa”⁷, são essas: (1) a introdução do conceito de “Legado” na seleção e planejamento dos Jogos; (2) Olympic Games Impact (OGI); (3) GRI Event Organisers Sector Supplement (EOSS); (4) Sustainable Sport & Event Toolkit (SSET); (5) a contribuição da instituição para o desenvolvimento da Norma ISO 20121 para eventos lançada em Junho de 2012.

Desde 2002, o COI busca definir e garantir um Legado positivo para sua principal atividade. Para a instituição, o termo “Legado” implica uma ideia de longo prazo e é utilizado como uma afirmação positiva oposta ao termo “impacto”, considerado negativo. Nesse contexto, negativo seria a existência de débitos pós Jogos (como Montreal 1976), desemprego e arenas subutilizadas (elefantes brancos) e endividamento como no caso dos Jogos de Atenas em 2004. A existência de Legado exige a construção de uma visão apropriada que se inicia na candidatura da cidade e cujo resultado deverá ser visível após os Jogos permanecendo para gerações futuras. Há 5 categorias de Legado: essas são Sociedade, Economia e Meio Ambiente – os 3 pilares de Elkington (1997) – acrescidos de Esporte e Meio Urbano. Todas as categorias de Legado podem ser classificadas em tangível e intangível. O legado tangível seria: arenas olímpicas novas e/ou reestruturadas; sistema de transporte novo ou reestruturado; embelezamento da cidade; revitalização do meio urbano; infraestrutura de telecomunicação. O legado intangível seria: orgulho nacional; novas políticas e/ou novas práticas políticas; novas competências que qualifiquem a mão de obra local; mudanças atitudinais dos indivíduos; novas práticas construtivas, novos processos gerenciais para condução de eventos e negócios; reconhecimento internacional da cidade sede; redescoberta da cultura nacional; consciência ambiental; envolvimento da comunidade. Entende o COI que o COJO, em parceria com governos, teria responsabilidade tanto pelo legado tangível quanto pelo intangível, enquanto a responsabilidade do MO seria prioritariamente de natureza intangível, pois essa se daria a partir da geração de informação e do conhecimento transferido.



O Olympic Games Impact - OGI foi concebido para mensurar e comunicar o Legado. Desenvolvido pelo COI para ajudar e acompanhar junto ao COJOs, em parceria com os stakeholders locais, recomenda o desenvolvimento de uma base de dados que permite a produção de 126 indicadores cuja função é monitorar, em relação aos Jogos, as condições econômicas, sociais e ambientais da Cidade-Sede / região / país. O OGI e, na prática, ainda não é obrigatório, consta como sugestão no Caderno de Candidatura para 2020 e até agora somente Vancouver 2010 o implantou por completo; o Relatório Pre-Games de Londres 2012 não inclui todos os indicadores (ESRC, 2010); Sochi 2014 (SOCHI, 2012) e Rio de Janeiro 2016 ainda não publicaram seus relatórios. Na verdade, são muitas as dificuldades do COJO para implantar os 126 indicadores pois o projeto depende de verba, da existência e disponibilidade de dados, de parceria com a academia e com governos, de investimento em tecnologia para apuração e tratamento de dados, da cultura local de produzir informação, transparência etc.

O Global Reporting Initiative - GRI, o seu suplemento o EOSS, foi desenvolvido para ser usado por qualquer organizador do evento ou por quaisquer outros órgãos envolvidos na gestão de um evento. Seu objetivo é comunicar o desempenho do organizador no que concerne a Sustentabilidade antes ou depois do evento ter ocorrido.

O Management Practices Sustainable Sport & Event Toolkit SSET é uma iniciativa canadense em parceria com o International Academy of Sports Science and Technology - AISTS (o braço acadêmico do COI) para os Jogos de Inverno de Vancouver 2010. O SSET é composto por um conjunto de instruções e provê aos organizadores de eventos as recomendações para implantação e aprimoramento das ações relacionadas a Sustentabilidade. Seus objetivos incluem desde a construção de “arenas verdes” até ações simples como a compra de alimentos cultivados localmente.

Finalmente, a Norma ISO 20121, desenvolvida com o apoio do COI e do COJO de Londres 2012 dita os processos de gestão para eventos sustentáveis e inaugura a possibilidade de certificação de processos para megaeventos.

No que concerne aos Jogos, tanto as edições de inverno quanto as de verão tem presença marcada na discussão da Sustentabilidade. Os impactos ambientais negativos causados pelos Jogos de Inverno de Albertville (França) em 1992 certamente contribuíram para a presença do COI na Rio 92 e com a decisão de sediar a edição de 1994 em Lillehammer na Noruega sob a influência de Gro Brundtland. Destaca-se também, nas edições de Inverno, o impacto positivo da adoção, em Torino em 2006, de certificação ambiental para as arenas e as iniciativas em Vancouver, em 2010, para atribuir critérios de sustentabilidade à cadeia de fornecedores. Em suma, a partir de 1994, os Jogos de Lillehammer marcam uma nova geração de eventos com preocupações ambientais, as quais evoluíram com os Jogos de Torino em 2006 após dezesseis anos de Lillehammer; Vancouver 2010 pode ser considerada a primeira edição de inverno voltada à Sustentabilidade e publica o primeiro Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE)

Quanto as edições de verão, ainda que timidamente, a primeira manifestação ambiental, dá-se em Munique 1972, sob pressão do Partido Verde alemão influenciado pela Conferência de Estocolmo realizada no mesmo ano; Seul 1988 marca a transformação urbana da cidade fazendo dos Jogos a vitrine internacional da nova Coréia do Sul desenvolvida e industrializada; os Jogos de Barcelona em 1992 são considerados como o maior caso de sucesso de transformação urbana deixando para as edições seguintes a ideia de Legado. Os Jogos de Sidney em 2000 se consagram como a primeira Olimpíada “verde” onde se tentou uma visão sistêmica de controle dos impactos ambientais dos jogos. A edição de Pequim em 2008 marca a aproximação da PNUMA como o “gestor” das questões ambientais, primordialmente, no apoio ao governo local para produção de melhores indicadores de qualidade do ar inclusive como parceiro na publicação do Inventário de GEE; e Londres, 2012, é a primeira olimpíada de verão voltada a Sustentabilidade. Os Jogos de 2016 no Rio de Janeiro, de acordo com o Caderno de Encargos, prometem catapultar várias ações ambientais na área de resíduos sólidos, como eliminação de “lixões”, despoluição dos corpos hídricos (Baía de Guanabara, Lagoa de Jacarepaguá) e redução na emissão de gases de efeito estufa (substituição da atual frota de coletivos movida a diesel por outra movida a fonte renovável) e a reflorestação de áreas degradadas.

Reforçando a idéia de que a Sustentabilidade está ainda sendo internalizada no COI. Citamos os Jogos da Juventude, que destaca a relação do COI com PNUMA, lançados como uma resposta institucional ao atendimento da Agenda 21, em particular, do item “Consolidação do Papel dos Principais Grupos de Interesse - Promoção do Papel dos Jovens” (OIC, 2012a). Sua primeira edição, Singapura 2010, reuniu 3.600 atletas com idades entre 14 e 18 anos; coube ao PNUMA, durante os Jogos, criar programas educacionais voltados ao fomento da participação dos jovens no desenvolvimento sustentável. Nas palavras de Theodore Oben, do PNUMA:

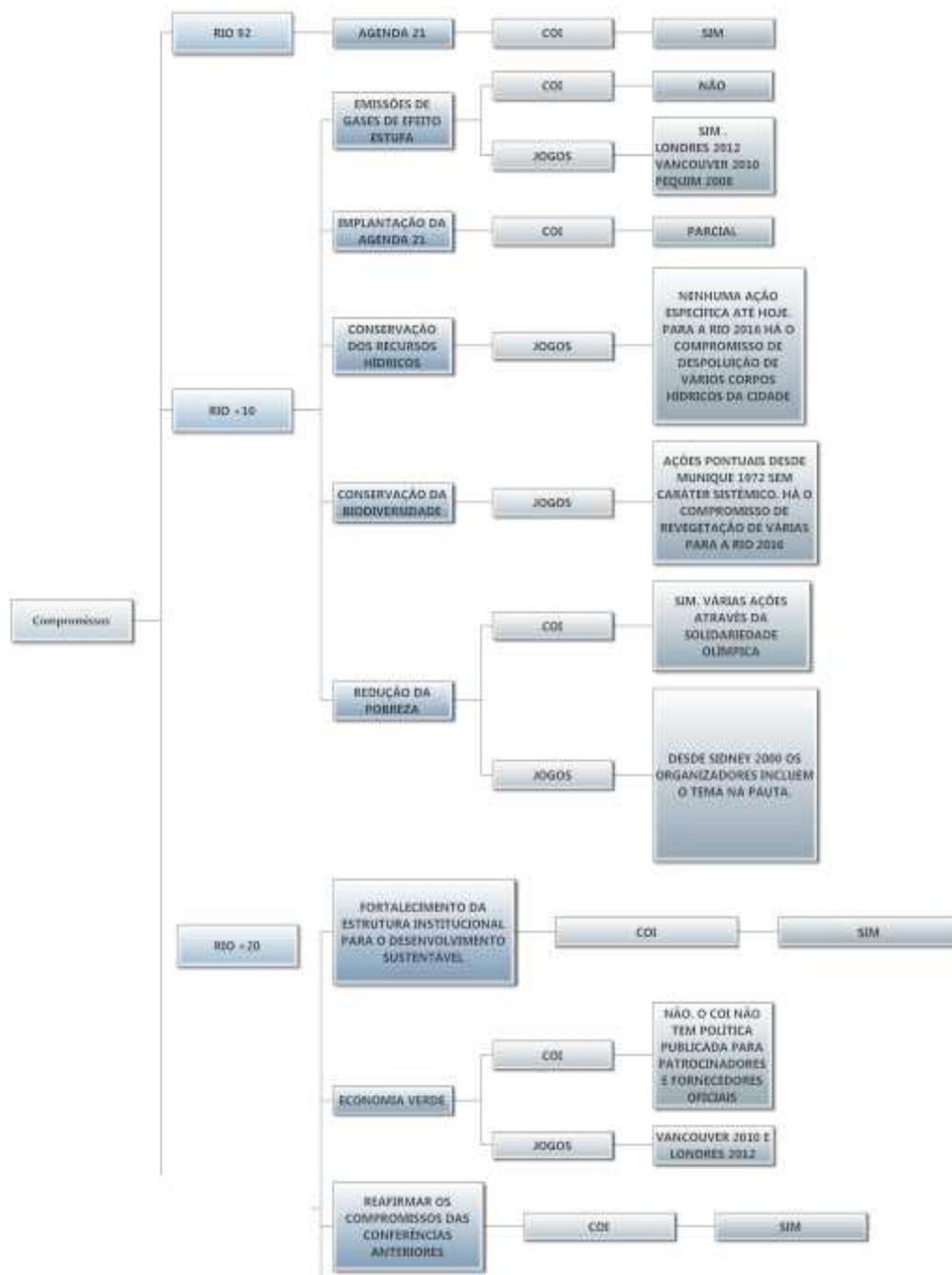
“[...] Estes Jogos são uma oportunidade fantástica para que os atletas realmente se envolvem em questões ambientais importantes. O PNUMA irá organizar atividades divertidas e interessantes que educarão a juventude em grandes questões incentivando-a a tornar-se embaixadores ambientais.”

Apesar da participação da PNUMA⁸ como facilitadora da divulgação dos preceitos da Educação Ambiental, não foram encontrados relatórios de sustentabilidade para esse evento.

Finalmente, no Quadro 2, abaixo, vemos que embora tanto o COI quanto os Jogos tenham ações relacionadas aos compromissos assumidos nas três grandes Conferências, essas ações são fragmentadas e pontuais sugerindo: (1) a ausência de alinhamento, de natureza estratégica do COI e com os compromissos no caso dos Jogos; (2) ausência de documentos que relacionem esses temas; (3) ausência de instrumentos que permitam saber sobre a natureza do impacto no longo prazo das ações realizadas.



Quadro 2 : Implantação dos principais compromissos por responsável



Fonte: Elaboração própria. Flores & Puppim de Oliveira (2012)

O breve intervalo entre a participação do COI na Conferencia da Rio 92 e a primeira edição dos Jogos de Lillehamer em 1994 sob a agenda ambiental demonstra que :

- (1) o tema já era uma preocupação anterior a participação na Conferencia;

- (2) o protagonismo do tema e a capacidade de resposta da instituição à pressão externa;
- (3) o esforço institucional na criação de instrumentos de monitoramento;
- (4) a baixa adesão aos instrumentos de monitoramento já existentes como GRI, GEE, OGI e outros;
- (5) a pluralidade de compromissos assumidos em Conferências, Declarações e outros;
- (6) a ausência de plano de ação para esses compromissos;
- (7) o fortalecimento da presença do COI na estrutura institucional do desenvolvimento sustentável através da relação com a ONU e com o seu braço ambiental PNUMA.

Com base nas iniciativas e tomando 1994 como ano base para a implantação das questões ambientais na agenda esportiva olímpica, foram produzidas nesse intervalo de tempo 5 edições de Verão e 4 de Inverno, e, assim sendo, considerando a magnitude do evento entende-se que o tema Sustentabilidade é ainda muito recente e pouco internalizado pelo mundo esportivo. Entretanto, ao contrário do COI, os Jogos são cíclicos e sem territorialidade definida e desta forma o seu monitoramento torna-se mais difícil, mas não menos importante.

RIO-2016: LIGANDO SEU LEGADO A RIO+20

O Comitê Olímpico Internacional (COI) vem incorporando princípios de sustentabilidade em seus discursos e práticas, particularmente nos últimos 20 anos. Isto tem sido refletido em como os Jogos Olímpicos são organizados, deixando de ser puramente um evento esportivo para ser um grande marco e intervenção em uma cidade, com a idéia de não só ser uma oportunidade para a cidade ter uma grande visibilidade internacional, mas também para aproveitar a oportunidade do “Legado” dos Jogos para fazer mudanças urbanas, econômicas, sociais e ambientais que tenham um impacto positivo a longo prazo. Muitas cidades, como Lillehammer, Sidney e Vancouver Londres, produziram jogos “verdes” onde em cada detalhe do evento tentou-se incorporar a dimensão da sustentabilidade socio-ambiental e otimizar o Legado dos Jogos para cidade. Outras, como Seul, Barcelona e Pequim, fizeram melhorias urbanas importantes que mudaram o perfil da cidade, e foram um “ponto de inflexão” para outras mudanças positivas na malha urbana como revitalização de áreas degradadas, melhoria dos transportes e diminuição da poluição.

O Rio tem trabalhado em diversas iniciativas para preparar a cidade para receber os Jogos e deixar um importante Legado. Algumas que certamente melhorarão a sustentabilidade socio-ambiental da cidade, como a construção do BRT e expansão da rede de metrô, apesar de existirem críticas em relação a outros aspectos, como evacuação de comunidades para dar local as infraestruturas ligadas aos jogos (RioOnWatch, 2012).

Porém, a Rio-2016 tem um grande potencial para deixar um legado único em termos de sustentabilidade socio-ambiental, que iria consolidar a imagem de sustentabilidade



à Cidade do Rio de Janeiro. A Cidade recém recebeu a Rio+20 com os temas de Governança Ambiental Global e Economia Verde, e poderia começar a aplicar esses princípios às práticas na cidade em diversas áreas, como transporte, habitação e saneamento. Por exemplo, o município em parceria com o Estado e Governo Federal poderia ser um laboratório para introduzir uma série de “impostos” verdes, criando incentivos para preservação de áreas verdes com redução do IPTU para propriedades privadas em zonas com vegetação nativa, apoio à reciclagem com a redução de impostos no setor e priorização de materiais reciclados nas licitações e redução do IPVA para automóveis mais econômicos (e aumento aos menos).

Este *esverdeamento* da economia poderia ser conectado aos eventos esportivos, particularmente os Jogos Olímpicos. O mesmo do parágrafo anterior para os locais onde aconteceram os jogos e as infraestruturas de apoio. Outra sugestão seria ingressos para alguns eventos dos Jogos poderiam ser distribuídos de acordo com critérios de sustentabilidade, como àqueles que reduzam sua produção de resíduos ou entreguem certa quantidade de material reciclável em centros de coleta, como Curitiba tem feito com a troca de recicláveis por os passes de ônibus. Na parte de investimentos, poderia se espelhar mais nas experiências de Barcelona para o legado urbano, e de Sidney, e mais recentemente Londres, no *esverdeamento* das Olimpíadas e critérios de sustentabilidade aplicados a cada ação relacionada aos Jogos.

O turismo é um dos carros-chefes da economia do Rio, e exatamente a ligação entre os Jogos e a imagem da cidade que vai ficar. Os Jogos irão refletir na quantidade e qualidade da demanda turística durante, mas principalmente depois das Olimpíadas. A imagem de uma cidade que busca liderança na sustentabilidade socio-ambiental pode consolidar esta nova dimensão da cidade que vem sendo marcada pelos grandes eventos de sustentabilidade, como a Rio-92 e Rio+20. Além disso, os Jogos podem ser uma vitrine para iniciativas inovadoras na área de sustentabilidade que a cidade introduzir. O papel do COI pode ser fundamental para direcionar as ações de sustentabilidade na cidade. O Legado de sustentabilidade, além de organizar as grandes conferências, pode ter nos Jogos seu “ponto de inflexão” para mudar definitivamente a imagem da cidade como tendo a sustentabilidade socio-ambiental como pilar importante do desenvolvimento da cidade. Ainda temos um pouco mais de três anos para avançar, mas as bases precisam ser criadas agora.

REFERÊNCIAS

CHAPPELET, J.-L. *Global Institutions - The International Olympic Committee and the Olympic System*. New York: Routledge. 2008.

COI- Comitê Olímpico Internacional. Carta Olímpica, Fevereiro, 2003. Versão do Comitê Olímpico Português. <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc141.pdf> acessada em 23/12/2012.

ELKINGTON, J. *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*

. Oxford: Capstone Publishing Ltd. 1997.

ESRC - The Economic & Social Research Council. Olympic Games Impact Study – London 2012 Pre-Games Report. London: ESRC, 2010.

ESTY, D. C. and WINSTON, A. *Green to Gold: How Smart Companies Use Environmental Strategy to Innovate, Create Value, and Build Competitive Advantage*. New Jersey: Wiley & Sons Inc. 2009.

FLORES, MAUREEN (2012) *Citius, Altius, Fortius. A Sustentabilidade e o Comitê Olímpico Internacional*. Rascunho da Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento)- Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

HART, S. Beyond Greening: Strategies for a Sustainable World. *Harvard Business Review*, p. 65-76. 1997.

HART, S. *Capitalism at the Crossroads: Next Generation Business Strategies for a Post-Crisis World*. New Jersey: Prentice Hall. 2006.

IOC. Sustainability Through Sports. Implementing the Olympic Movement's Agenda 21 Documento disponível no site: http://www.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/SportAndEnvironment/Sustainability_Through_Sport.pdf acessado em 22/12/2012. Lausanne: IOC, 2012a.

IOC- International Olympic Committee. Guide on Olympic Legacy 5th updated cycle - post Vancouver Winter Games. Lausanne: IOC, 2012b.

IOC and UNEP. THE DOHA DECLARATION. THE 9th WORLD CONFERENCE ON SPORT AND THE ENVIRONMENT. Documento disponível no site http://www.olympic.org/Documents/Olympism_in_action/Sport_and_Environment/Doha_Declaration_Final.pdf acessado em no dia 21/12/2012. Lausanne: OIC, 2011.

IOC and UNEP. THE BEIJING DECLARATION. FIFTH WORLD FORUM ON SPORT, EDUCATION AND CULTURE. Documento disponível no site: http://www.olympic.org/Documents/Conferences_Forums_and_Events/Sport_Culture_and_Education/Beijing_World_Forum_Resolutions-eng.pdf acessado em 23/12/2012. Lausanne: OIC, 2006.

IOC. Olympic Youth Development Centre in Lusaka, Zambia. Documento disponível no site: http://www.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/sports-for-hope-brochure.pdf acessado em 21/12/2012. Lausanne: OIC, s/d.

PAIVA, K. O Movimento Olímpico e o Meio Ambiente no contexto da Rio + 10. In: M. D. Turini, *coletanea de textos em estudos olímpicos, v.1*, p. 131-139. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho. 2002.



PUPPIM DE OLIVEIRA, Jose A. (Ed.). *Green Economy and Good Governance for Sustainable Development: Opportunities, Promises and Concerns*. Tokyo: United Nations University Press, 2012.

PUPPIM DE OLIVEIRA, Jose A. (2008). *Empresas na Sociedade: Sustentabilidade e Responsabilidade Social*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2008.

RioOnWatch. Site do Rio on Watch: <http://riononwatch.org/?p=5730> acessado em 26/12/2012.

SOCHI 2014. Site dos Jogos de Sochi: http://www.sochi2014.com/en/games/strategy/legacy_games/ acessado em 21/12/2012.

UNEP- United Nations Environment Programme. UNEP and the International Olympic Committee. Informação publicada no site: http://www.unep.org/sport_env/Olympics_UNEP.aspx consultado em 23/12/2012.

NOTAS

¹ Resultado parcial da pesquisa realizada através processo CAPES 8694 - 11 – 7.

² Parte deste capítulo foi retirado de Puppim de Oliveira, 2008.

³ Até o presente momento foram realizadas 19 Conferencias sobre os temas Meio Ambiente, Esporte para Todos e Mulher no Esporte .

⁴Carta Olímpica. Artigo 26 item 1.3 (COI, 2003)

⁵Carta Olímpica. Artigo 27 item 1 (COI, 2003)

⁶Fundamental Principles of Olympism , item 4. Tradução livre do original em ingles: “the practice of sport is a human right” (Paiva, 2002)

⁷ No caso do OCOG a importância da aplicação do princípio Hartiano da natividade dar-se-ia pela intensidade de impacto e pela capacidade de gerar conhecimento local e não pela perenidade da organização visto que essa é temporária.

⁸ Algumas das atividades que o UNEP coordenou durante os Jogos 2010 , as Olimpíadas para Juventude (UNEP, 2012):

- Bicicleta gerador: Os atletas pedalam uma bicicleta ligada a um dínamo que produz a eletricidade. Ao andar na bicicleta aprendem o quanto de esforço é necessário para produzir eletricidade suficiente para rodar um CD player e aquecer uma xícara de água;
- Questionário Ambiental: Os jovens desportistas são testados em seu conheci-

mento da biodiversidade, mudanças climáticas, água e outras questões ambientais;

- Cálculo da Pegada de carbono (GEE): Através de um software os atletas serão capazes de calcular a sua pegada de carbono pessoal e aprender com exatidão o impacto ambiental das suas atividades;
- Tunza: atletas interessados terão a oportunidade de aprender mais sobre Tunza, o programa do UNEP para crianças, jovens e do meio ambiente.

